

Alteração Legislativa relativa a Projetos de Obras de Instalações Elétricas de Serviço Particular

Caros Colegas do Colégio de Engenharia Eletrotécnica,

O Colégio de Engenharia Eletrotécnica, dentro das suas atribuições e competências, tem procurado contribuir para que o enquadramento jurídico da profissão de engenheiro eletrotécnico defenda os interesses da Engenharia em geral e dos seus profissionais em particular. Nesse sentido elaborou em finais de 2011 um documento com as bases de uma alteração legislativa que restituísse dignidade à profissão, promovesse o incremento da atividade e contribuísse para aumentar a qualidade, confiança e segurança das instalações elétricas em referência, do qual deu conhecimento à Tutela e em especial à DGEG.

Tivemos recentemente conhecimento que está a ser preparada na DGEG uma revisão da legislação atual e cujos textos preparatórios não tiveram em conta as razões legítimas e fundamentadas propostas pelo Colégio nem tão pouco incorpora, no âmbito das instalações elétricas, a orientação normativa decorrente da Lei 31/2009 de 3 de Julho no que concerne à salvaguarda de pessoas e bens e do envolvimento de profissionais qualificados no âmbito da área, tão sensível e de risco, das instalações elétricas.

Os engenheiros eletrotécnicos correm o risco de ficar cada vez mais afastados na maioria dos processos de licenciamento das instalações elétricas e de poder só vir a ser chamados a intervir e a dar o seu contributo qualificado numa escassa minoria de tipos de obras.

No âmbito do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação (RJUE) a especialidade de eletrotecnia é a única que não obriga à realização de projeto na maioria das situações.

Está previsto que as instalações elétricas com potência inferior a 50KVA continuem a não necessitar de projeto. A nova legislação introduz também regras que, em algumas situações de interpretação da lei poderão isentar de projeto prédios de dimensão apreciável, como será, por exemplo, o caso de edifício com 5 andares, 10 frações habitacionais e dois comércio, cuja potência global, posteriormente contratada pelos utilizadores, poderá atingir os 150KVA.

É quase impossível entender que o legislador, conhecedor de que numa qualquer obra, em que são obrigatórios, por lei, projetos elaborados por Engenheiros ou Engenheiros Técnicos credenciados pelas respetivas associações públicas de natureza profissional nas especialidades de Estabilidade, Rede de Águas, Rede de Esgotos, Rede de Gás, Acústica, AVAC, SCIE, RCCTE, ITED, Arranjos Exteriores, etc., tenha admitido que um

prédio de cinco andares com 10 habitações e dois comércios não necessite de projeto elétrico.

Está também previsto que a exploração de postos de transformação com tensão até 30KV e potência inferior ou igual a 250 kVA vai deixar de ter atribuído um técnico responsável pela respetiva exploração. Esta atividade de acompanhamento contínuo vai ser substituída por inspeções periódicas a realizar de dois em dois anos por Entidade Inspetora. Na nossa opinião, a qualidade de exploração não se obtém só com inspeções periódicas de dois em dois anos. Elas serão necessárias, numa ótica de auditoria por amostragem aleatória, mas não serão com certeza suficientes. Com efeito, cada vez mais, o engenheiro responsável pela exploração de um posto de transformação é um gestor técnico de toda a instalação elétrica aconselhando o dono de obra na gestão adequada da aquisição de energia, operando os comandos e proteções de Média Tensão e supervisionando os trabalhos de instaladores nas mais diversas obras de melhoria das instalações, garantindo, com o conhecimento que lhe advém da sua formação especializada, a segurança capaz de pessoas e bens.

O Colégio de Engenharia Eletrotécnica, em colaboração com todos os seus membros e com as Instâncias apropriadas da Ordem, tudo fará para que os seus argumentos tenham eco nas instâncias decisoras do País.

O documento produzido pelo Colégio em 2011, então publicado e discutido em várias reuniões amplamente divulgadas foi também na altura entregue à Secretaria de Estado da Energia e à DGEG, pode ser consultado [aqui](#).

**O Presidente do Conselho Nacional do Colégio de Engenharia Eletrotécnica
António de Machado e Moura**

Ordem dos Engenheiros, 19 de novembro de 2013

Nota: este endereço eletrónico é utilizado unicamente para envio de informação aos Membros.
Para contactar a Ordem dos Engenheiros, agradecemos que utilize os [canais normais de comunicação](#).